



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSA

TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Processo Administrativo Nº 23103.005584/2026-02

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Aquisição de Insumos Laboratoriais de Fisioterapia, Kits Cirúrgicos Estéreis e Aventais Cirúrgicos Impermeáveis, através pregão, na forma eletrônica, visando o atendimento das demandas dos Cursos de graduação de Fisioterapia e de Medicina da UFCSA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ID	CATMAT	Descrição do Objeto	Unidade	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Total Estimado	Laboratório
1	357264	Anilha, material: ferro, acabamento superficial: emborrachado, formato: disco, peso: 5,0 kg, aplicação: ginástica e musculação, características adicionais: revestida com PVC vinil	und	10	R\$ 92,60	R\$ 926,00	814/P2
2	357265	Anilha, material: ferro, acabamento superficial: emborrachado, formato: disco, peso: 10 kg, aplicação: ginástica e musculação, características adicionais: revestida com PVC vinil	und	10	R\$ 171,10	R\$ 1.711,00	
3	601577	Aparelho / acessório - acondicionamento físico, tipo: bolsa de água inflável (agua bag), uso: equipamentos de academia para treino funcional, quantidade aproximada de alças: 5, capacidade de carga: 20-25 kg, características adicionais: marcações de 5 kg/10kg/15kg/20kg/25kg, com bomba para inflar; dimensões aproximadas: inflada 83,2 cm (comprimento) x 20 cm (diâmetro)	und	3	R\$ 300,30	R\$ 900,90	
4	399772	Aparelho / equipamento para condicionamento físico, tipo: bosu, modelo: meia bola, material: PVC, aplicação: condicionamento físico, características adicionais: diâmetro: 16 cm, superfície texturizada	und	4	R\$ 50,30	R\$ 201,20	
5	609773	Aparelho / equipamento para condicionamento físico, tipo: step, material: EVA, aplicação: condicionamento físico, dimensões aproximadas: 60 cm x 30 cm x 10 cm	und	5	R\$ 139,60	R\$ 698,00	
6	609773	Aparelho / equipamento para condicionamento físico, tipo: step, material: EVA, aplicação: condicionamento físico, dimensões: 90 cm x 30 cm x 15 cm	und	5	R\$ 204,30	R\$ 1.021,50	
7	616072	Balanco infantil, tipo: paraquedas com mosquetão e engate, características adicionais: colete semirrígido em nylon, com alma interna de EVA, fixado a duas fitas cabo, p/ terapia de integração sensorial, capacidade: até 40 kg	und	1	R\$ 1.279,80	R\$ 1.279,80	
8	632855	Bandagem, tipo: bandagem neuromuscular elástica adesiva, modelo: autoaderente, material: malha de tecido sintético, dimensão: cerca de 5 cm x 5 m, embalagem: embalagem individual em rolo	und	20	R\$ 55,50	R\$ 1.110,00	
9	465469	Bola medicinal, material: PVC/emborrachado, peso suportado: 100 kg, aplicação: fisioterapia, diâmetro: 25 cm, características adicionais: overball, inflável, atóxica	und	10	R\$ 36,50	R\$ 365,00	
10	433756	Bolsa térmica uso em saúde, material: filme: camadas de poliamida/polietileno internamente e polietileno na camada externa, composição: c/ gel (polímero vinílico, TEA, conservante e agente anticongelante), atóxico, capacidade: comprimento 25 cm, largura 14 cm, características adicionais: aplica com precisão as terapias quentes e frias, pode ser aquecida em água quente (chama desligada) ou no micro-ondas (submersa em água), pode ser mantida no freezer ou congelador, não congela, flexível, leve e prática, não tóxica, reutilizável	und	10	R\$ 36,30	R\$ 363,00	
11	619395	Brinquedo em geral, material: espuma revestida c/ courvin, tipo 2: circuito com 4 peças., cor: multicolor, dimensões: 1,2 x 1,2 x 0,25 m, componentes: escada, puff, rampa e tapete, impermeável	und	2	R\$ 1.533,90	R\$ 3.067,80	
12	480289	Brinquedo em geral, material: plástico PP, tipo: volante de carro giro 360º, cor: diversas, características adicionais: com ventosa e alça, com música e som, utiliza pilhas, componentes: volante giro 360º base, 1 suporte com ventosa, 1 alça e 1 adesivo dupla face	und	1	R\$ 79,10	R\$ 79,10	
13	615280	Brinquedo em geral, material: plástico, tipo 1: torre de empilhar, cor: variada, componentes: 1 base circular, 1 haste com rosca, 7 peças coloridas com tamanhos diferentes, características adicionais: 36 cm de comprimento, 5 peças coloridas com tamanhos diferentes	und	1	R\$ 108,80	R\$ 108,80	
14	616080	Brinquedo em geral, material: plástico, tipo 2: jogo da argola "boa mira", dimensões: cerca 16 cm, características adicionais 1: 1 base com pino e 6 argolas	und	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	
15	622721	Brinquedo em geral, material: plástico, tipo 2: jogo de basquete infantil, cor: multicolor, componentes 01: cesta de basquete com ventosa, 03 bolas, aplicação: pedagógica, características adicionais 1: cesta com ventosas fixas para superfícies lisas	und	1	R\$ 106,30	R\$ 106,30	
16	621519	Brinquedo em geral, material: plástico, tipo 2: mesa de atividades pop-up zoo, cor: colorida, dimensão 1: 13 cm (l) x 25 cm (c) x 11(a) cm, características adicionais 1: com 4 botões interativos, botão para apertar, girar, empurrar, peso 0,314 kg. Brinquedo de Referência: Pop Up Zoo Buba 17876	und	1	R\$ 144,50	R\$ 144,50	
17	480289	Brinquedo em geral, material: plástico, tipo: pato dançante musical, características adicionais: anda para os lados, mexe os olhos, possui luz colorida e som	und	1	R\$ 75,40	R\$ 75,40	
18	622320	Brinquedo em geral, tipo: tapete sensorial, dimensão: 1,00 m x 1,50 m, características adicionais: superfícies elevadas com 12 texturas	und	5	R\$ 550,70	R\$ 2.753,50	

19	329054	Caneleira, tipo: peso de areia, características adicionais: revestido em náilon com velcro, peso: 0,50 kg, uso: fisioterapia	und	16	R\$ 26,00	R\$ 416,00
20	329056	Caneleira, tipo: peso de areia, características adicionais: revestido em náilon com velcro, peso: 2 kg, uso: fisioterapia	par	10	R\$ 67,80	R\$ 678,00
21	329055	Caneleira, tipo: peso de areia, características adicionais: revestido em náilon com velcro, peso: 1 kg, uso: fisioterapia	par	10	R\$ 56,10	R\$ 561,00
22	615895	Equipamento / acessórios desporto, tipo: escada horizontal, material: fita de nylon, hastes de PVC, características adicionais 2: 8 degraus, ponto de fixação em terra e grama, suporte em nylon, regulagem nos degraus, comprimento: 4 m, uso: treinamento de agilidade, acessórios: boral para guardar a escada e estacas de fixação no solo	und	3	R\$ 149,60	R\$ 448,80
23	486227	Equipamento / acessórios desporto, tipo: faixa elástica (super band), material: látex, dimensões: verde comprimento 440 mm, lilás comprimento 320 mm, preto comprimento 210 mm e vermelho comprimento 130 mm, características adicionais: kit com 4 faixas de cores e tensão diferenciada (verde 22,5 a 56,25 kg, lilás 15,75 a 38,25 kg, preto 9 a 27 kg e vermelho 4,5 a 15,75 kg), verde forte, lilás médio, preto leve, vermelho extra leve, uso: condicionamento físico	kit c/ 4 faixas	10	R\$ 396,60	R\$ 3.966,00
24	630475	Equipamento / acessórios desporto, tipo: faixa elástica, material: látex, características adicionais: força exercida 36 libras (16,2 kg), tensão leve; Comprimento da faixa sem esticar: aproximadamente 1,5 metro	und	20	R\$ 30,40	R\$ 608,00
25	630475	Equipamento / acessórios desporto, tipo: faixa elástica, material: látex, características adicionais: força exercida 40 libras (18 kg), tensão média; Medidas aproximadas: 150x15 cms e 0,45mm de espessura.	und	20	R\$ 45,60	R\$ 912,00
26	625763	Equipamento / acessórios desporto, tipo: kit 10 cones agilidade, material: plástico, uso: treinamento de agilidade, apresentação: cones furados demarcatórios, 5 barreiras desmontáveis (90 cm), dimensões: 25 cm (c) x 20 cm (a) x 15 cm (l), peso: 1,0 kg	und	10	R\$ 127,40	R\$ 1.274,00
27	486227	Equipamento / acessórios desporto, tipo: kit elástico extensor tubing, material: elásticos em látex natural, gancho em aço inoxidável costurado em tecido resistente, apresentação: 1 elástico de 4.5 kg de resistência, 1 elástico de 9 kg de resistência, 1 elástico de 13,6 kg de resistência, 1 elástico de 18.2 kg de resistência, 1 elástico de 22.6 kg de resistência, 2 alças de mão revestidas de espuma, 2 tiras para tornozelo, 1 âncora para colocar na porta e 1 bolsa em nylon, características adicionais: kit com 11 peças, 5 elásticos de borracha em forma de tubo, cada elástico tem 1,20 m de comprimento com garras em metal, uso: condicionamento físico	kit	10	R\$ 346,80	R\$ 3.468,00
28	480399	Equipamento / acessórios desporto, tipo: kit para argola, material: PVC, características adicionais: diâmetro 38 cm, 5 argolas	kit	10	R\$ 52,20	R\$ 522,00
29	432468	Esfigmomanômetro, ajuste: analógico, aneróide, tipo: de braço, faixa de operação: até 300 mmHg, material braçadeira: braçadeira em nylon, tipo fecho: fecho em velcro, tamanho: adulto	und	20	R\$ 129,10	R\$ 2.582,00
30	324327	Estesiômetro, composição: 7 tubos com 1 par filamentos nylon especial (monofilamentos semmes-weinstein), aplicação: teste de sensibilidade cutânea	kit	10	R\$ 324,80	R\$ 3.248,00
31	618082	Faixa exercitadora muscular, tipo: banda circular elástica (miniband), intensidade de resistência: leve, material: borracha sintética, cor: c/ cor, comprimento linear: cerca de 50 cm, largura: cerca de 5,0 cm, apresentação: kit com 4 faixas	kit c/ 4 und	15	R\$ 41,20	R\$ 618,00
32	618094	Faixa exercitadora muscular, tipo: banda circular elástica (miniband), intensidade de resistência: média, material: borracha sintética, cor: c/ cor, comprimento linear: cerca de 50 cm, largura: cerca de 5,0 cm, apresentação: kit com 4 faixas	kit c/ 4 und	15	R\$ 70,40	R\$ 1.056,00
33	618106	Faixa exercitadora muscular, tipo: banda circular elástica (miniband), intensidade de resistência: forte, material: borracha sintética, cor: c/ cor, comprimento linear: cerca de 50 cm, largura: cerca de 5,0 cm, apresentação: kit com 3 faixas	kit c/ 3 und	15	R\$ 56,50	R\$ 847,50
34	248591	Haltere, material: ferro, tipo: maciço, revestimento: borracha PVC - cloreto de polivinila, forma: bolas nas laterais, peso: 1 kg	und	16	R\$ 26,00	R\$ 416,00
35	350962	Haltere, material: ferro, tipo: maciço, revestimento: borracha PVC - cloreto de polivinila, forma: bolas nas laterais, peso: 2 kg	und	16	R\$ 42,90	R\$ 686,40
36	394141	Haltere, material: ferro, tipo: maciço, revestimento: borracha PVC - cloreto de polivinila, forma: bolas nas laterais, peso: 3 kg	und	6	R\$ 65,40	R\$ 392,40
37	370700	Haltere, Material: ferro, tipo: maciço, revestimento: borracha PVC - cloreto de polivinila, forma: bolas nas laterais, peso: 5 kg	und	6	R\$ 104,80	R\$ 628,80
38	480293	Jogo / brinquedo pedagógico, tipo: kit sensorial, material: tecido e madeira, quantidade: 5, características adicionais: conteúdo: bola Montessori, argola coelho, argola D, cor: multicolor	und	3	R\$ 239,00	R\$ 717,00
39	629115	Jogo / brinquedo pedagógico, tipo: kit spinner sensorial, material: plástico atóxico super resistente, quantidade: 3 peças, tamanho: entre 8cm de altura e 12cm de largura, cor: variada, uso: estimula a criança na parte motora, mental e emocional, aplicação: desenvolvimento da coordenação motora e criatividade, componentes: 3 peças em cores e formas diferentes. Fixação com ventosa para superfícies lisas.	und	1	R\$ 56,70	R\$ 56,70
40	628102	Jogo / brinquedo pedagógico, tipo: passatempo com ventosa sensorial Montessori, material: silicone macio e argolas de madeira, aplicação: ensino-aprendizagem	und	1	R\$ 157,30	R\$ 157,30
41	621405	Manovacuômetro, tipo embalagem: kit manovacuômetro analógico, componentes: linha pressão 30cm + conector rescal + bocal + clamp nasal, características adicionais: conector único tipo rescal (R), confeccionado em polipropileno, material de alta resistência, altoclavável, conexão original reta para a linha de pressão, válvula de incentivo e aplicação com furo de 1mm, diâmetro interno (15mm) permitindo conexão de bocal e adaptação a conexão de tubo orotraqueal ou cânula de traqueostomia (PVC) e diâmetro externo (20mm) que possibilita a conexão de bocal de papelão plastificado descartável (opcional), linha (extensão) de pressão em silicone de 30 cm, bocal anatômico de PVC, clamp nasal anatômico	kit	5	R\$ 157,00	R\$ 785,00

42	421480	Material atividades de vida diária (A.V.D), tipo: luva auxiliar para pegar objetos, material: nylon de alta resistência, características adicionais: multi objetos, velcro ajustável, tamanho único, para pessoas com redução da capacidade motora, apresentação: unidade	und	5	R\$ 140,70	R\$ 703,50	
43	630200	Material fisioterapia, tipo: banco bolachão com rodízio, material: compensado tipo exportação 15 mm, aplicação: fisioterapia, tamanho: diâmetro 40 cm, altura 10 cm, componentes: pés c/ rodízio em gel, componentes adicionais: assento em espuma d33 revestido de couvin	und	2	R\$ 260,00	R\$ 520,00	
44	619672	Material fisioterapia, tipo: escada, modelo: 2 degraus, material: polietileno expandido (isopor), revestida em espuma de alta densidade (D33) e courvin, tamanho: cerca de 50 (c) x 50 (l) x 30 (a) cm	und	2	R\$ 510,90	R\$ 1.021,80	
45	619672	Material fisioterapia, tipo: escada, modelo: 3 degraus, material: polietileno expandido (isopor), revestida em espuma de alta densidade (D33) e courvin, tamanho: cerca de 75 (c) x 50 (l) x 45 (a) cm	und	2	R\$ 785,00	R\$ 1.570,00	
46	412026	Material fisioterapia, tipo: kit completo para cuidadores, aplicação: reabilitação física, componentes: 01 mochila, tamanho 45 cm x 33 cm x 18 cm; 01 cinto de transferência tamanho médio, ajustável para quadril de 80 cm a 110 cm, limite de peso 120 kg, comprimento 1,20 m, altura 16 cm; 01 cinto de transferência tamanho grande, ajustável para quadril de 100 cm a 130 cm, limite de peso 140 kg, comprimento 1,40 m, altura 16 cm; 1 cinta de canela, comprimento 1,00 metro, altura 20 cm, limite de peso 150 kg, medidas 35 cm de diâmetro x 3 cm de altura; 1 cinto de manobra, medidas 60 cm x 20 cm; 01 lençol móvel deslizante, medidas: 74 cm x 44 cm; 01 Disco de Transferência, Limite de peso: 150kg - Medidas: 35cm de diâmetro x 3cm de altura	kit	10	R\$ 1.378,80	R\$ 13.788,00	
47	396134	Material fisioterapia, tipo: tábua de alongamento de tríceps sural, material: madeira revestida com antiderrapante, dimensão: 40/35/15 cm	und	5	R\$ 210,50	R\$ 1.052,50	
48	619999	Material p/ tecnologia assistiva, aplicação: facilitador de escrita, tipo: aranha mola, característica: ajustável, material: arame metálico tubular revestido c/ polímero, tamanho: tamanho G	und	2	R\$ 139,50	R\$ 279,00	
49	619998	Material p/ tecnologia assistiva, aplicação: facilitador de escrita, tipo: aranha mola, característica: ajustável, material: arame metálico tubular revestido c/ polímero, tamanho: tamanho M	und	2	R\$ 131,00	R\$ 262,00	
50	619997	Material p/ tecnologia assistiva, aplicação: facilitador de escrita, tipo: aranha mola, característica: ajustável, material: arame metálico tubular revestido c/ polímero, tamanho: tamanho P	und	2	R\$ 129,00	R\$ 258,00	
51	441981	Oxímetro uso médico, tipo: dedo, faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, parâmetro adicional: curva, plestimográfica, intensidade do pulso, alimentação: pilha, acessórios: capinha de silicone e estojo, características adicionais: pediátrico, para dedos a partir de 7 mm de largura, compacto e portátil, operação com apenas um botão, indicador de nível de carga da pilha, desliga automático	und	5	R\$ 175,70	R\$ 878,50	
52	441981	Oxímetro uso médico, tipo: dedo, faixa medição saturação 1:0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 BPM, autonomia sistema 1: cerca 24 h, alimentação: pilha	und	5	R\$ 124,30	R\$ 621,50	
53	607212	KIT CIRÚRGICO ESTÉRIL UNIVERSAL USO ADULTO. Especificação técnica: 1 campo impermeável de mesa - 120 cm x 200 cm; 1 campo SMS superior - 160 cm x 200 cm; 1 campo SMS inferior - 180 cm x 160 cm; 2 campos SMS lateral - 90 cm x 160 cm; 2 aventais cirúrgico estéril G - 120 cm x 160 cm; 2 toalhas absorventes - 39 cm x 50 cm	kit	5500	R\$ 84,60	R\$ 465.300,00	CURSO DE MEDICINA
54	604914	AVENTAL CIRÚRGICO IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL ESTÉRIL TAMANHO G. Especificações técnicas: Avental cirúrgico SDT com película impermeável nos braços, tórax e abdômem gramatura 40; Tamanho G	und	6500	R\$ 16,80	R\$ 109.200,00	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **90** contados do **envio da Ordem de Compra**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, item 5, conforme consta das informações básicas dos Estudos Técnicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Deverão ser adotadas, no fornecimento dos produtos, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;

4.1.2 Respeito às leis ambientais;

4.1.3 Adotar práticas de sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

Indicação de marcas e modelos

4.2. Não se aplica à presente contratação.

Da exigência de amostra:

4.3. Não será exigida amostra do objeto de contratação.

Da exigência de carta de solidariedade:

4.4. Não se aplica à presente contratação.

Subcontratação:

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Entrega:**

5.1. O prazo de entrega será de até 30 dias para itens de fabricação nacional e de até 90 dias para itens importados, a contar da formalização do pedido, através de ordem de compra, para itens com remessa única;

5.1.1 Para consideração dos prazos acima mencionados, a distinção entre itens nacionais e importados deverá ser mencionada na proposta de preços enviada no certame, ou no recebimento da ordem de compra;

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos vinte e quatro (24) horas de antecedência ao prazo de vencimento, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. Os bens deverão ser entregues, em dias e horários preestabelecidos na Ordem de Compra, no seguinte endereço:

- COORDLAB – Sala 100F/Prédio I
- Rua Sarmento Leite, 245 – Centro Histórico
- Porto Alegre/RS

5.4. Os produtos deverão ter validade mínima de doze (12) meses, salvo itens que por sua natureza e especificidade exijam prazo inferior, havendo a necessidade de aprovação da validade, por parte do requisitante;

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior metade do prazo total recomendado pelo fabricante;

5.6. Não serão aceitas eventuais entregas de materiais feitas com base em consultas às Notas de Empenho no Portal da Transparência do Governo Federal, visto que a ordem de compra é o documento oficial de solicitação, sendo a garantia orçamentária do pagamento após o adimplemento das obrigações pactuadas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa:

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato:

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (cinco por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.4. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. A assinatura no canhoto da nota fiscal das transportadoras, significa apenas a concordância com a entrega dos volumes entregues, sendo e posteriormente, realizada a verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Após o recebimento provisório, o requisitante ou servidor autorizado, realizará a conferência técnica dos materiais.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dez (10) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IGP-M* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/06/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto se dará, no prazo e na forma estabelecidos no Termo de referência.

Exigências da habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Disposições gerais sobre habilitação

10.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 635.436,50 (seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), conforme custos apostos na tabela, do item 1.1, deste Termo de referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 154032;

II) Fonte de Recursos: a ser fornecida posteriormente pelo Departamento de Orçamento;

III) Programa de Trabalho: a ser fornecido posteriormente pelo Departamento de Orçamento;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30;

V) Plano Interno: a ser fornecido posteriormente pelo Departamento de Orçamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Porto Alegre, 23 de junho de 2026.

ANEXO I

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho/Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 dias.
 - 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário (quando cabível), com uma versão em português;
 - 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
 - 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
 - 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
 - 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - 4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
 - 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
 - 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
 - 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
 - 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 5.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.
- 5.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 5.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
 - 5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal de Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Couto Roloff Padilha**, Coordenadora dos Laboratórios Didáticos, em 25/06/2026, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcspa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2499962** e o código CRC **7902C2A7**.